



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021

Processo administrativo nº 19.808/2021

O Município de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul, através da Seção de Compras da Secretaria de Administração e Fazenda e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados que **ESTARÁ RECEBENDO PROPOSTAS** para a contratação direta de pessoa jurídica por dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 para a execução da obra de engenharia descrita no objeto do presente edital, as quais deverão ser apresentadas na Seção de Compras **até as 11hs30min do dia 13/10/2021**, observando as exigências estabelecidas no item 4.1 e seguintes deste edital.

O julgamento das propostas observará o critério de menor preço, **POR ITEM**, regida pela Lei nº 8.666/93, sendo que imediatamente depois do julgamento das propostas será aberto o prazo para que a participante detentora da proposta de menor preço apresente os documentos necessários para comprovar habilitação compatível com o objeto, nos termos do item 6.1 e seguintes deste edital.

Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Obras.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente Dispensa de Licitação a contratação de empresa para a reforma da passarela “Ademar Pereira Luz” e serviços complementares na Rua Sinval Saldanha no Bairro Planalto, o qual deverá ser executado em conformidade com as especificações técnicas descritas no memorial descritivo, no cronograma físico-financeiro, no orçamento discriminado e nos projetos e demais documentos técnicos constantes no processo administrativo acima citado e que são partes integrantes deste edital, independentemente de transcrição.

2. DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

2.1. A interessada deverá observar dia, local e horário para envio da proposta e, posteriormente, dos documentos de habilitação.

2.2. Excepcionalmente, o prazo para apresentação das propostas poderá ser prorrogado pela Seção de Compras quando, por limitações do mercado ou por manifesto desinteresse das empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, ficar demonstrada a impossibilidade de obtenção do número mínimo de 03 (três) licitantes até a data estabelecida no preâmbulo deste edital.

2.3. Quando não for obtido o número mínimo de participantes e este edital, justificadamente, não puder ser repetido sem prejuízo para a Administração, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo pela Seção de Compras.

2.4. O presente edital será divulgado na imprensa oficial e no sítio eletrônico do Município e também mediante o envio de convites por e-mail pela Seção de Compras a empresas do ramo pertinente ao objeto, cadastradas ou não no Cadastro de Fornecedores do Município de Santa Rosa.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste edital todas as pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, com a exceção daquelas que:

a) estejam proibidas de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

b) não atendam às condições deste edital e seus anexos;

c) se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;

d) estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

e) forem estrangeiras e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

- f) na condição de entidades empresariais estejam reunidas em consórcio;
- g) atuem na condição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4. DA PROPOSTA

4.1. Dentro do prazo estabelecido no preâmbulo deste edital, a proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração Pública Municipal em 60 (sessenta) dias, deverá ser encaminhada por e-mail ou apresentado em envelope fechado, contendo no anverso a indicação **“EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 – PROPOSTA”**, seguida do nome da empresa, diretamente na Seção de Compras da Secretaria de Administração e Fazenda, a qual está localizada no Palácio Municipal 14 de Julho (Centro Administrativo), na Av. Expedicionário Weber, nº 2.983, no Bairro Cruzeiro.

4.1.1. O e-mail para encaminhamento das propostas é *cotacao@santarosa.rs.gov.br*.

4.1.2. Será admitido o envio de mais de um e-mail ou envelope, todavia, somente para complementar (envio de documentos em mais de um envelope, e-mail) ou corrigir documentos (apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas), mas desde que não venham a causar prejuízos aos demais participantes e que sejam encaminhados dentro do prazo máximo estabelecido no preâmbulo deste edital, sendo expressamente vedada a alteração do teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou em relação a quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais.

4.2. A PROPOSTA DA EMPRESA DEVERÁ SER SUBSCRITA POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, OU POR PROCURADOR HABILITADO (DEVE SER COMPROVADO PODERES), E DEVERÁ SER APRESENTADA EM PAPEL IDENTIFICADO (TIMBRE, IMPRESSÃO OU CARIMBO) QUE CONTENHA, NO MÍNIMO, A RAZÃO SOCIAL E O ENDEREÇO DA MESMA, **SENDO QUE NO CASO DE SER ENVIADA POR E-MAIL A PROPOSTA DEVERÁ ESTAR DIGITALIZADA OU ASSINADA ELETRÔNICAMENTE.**

4.3. A proposta deverá conter obrigatoriamente, sob pena de desclassificação:

- a) os dados da empresa e de seu representante legal, conforme modelo sugerido no anexo II;
- b) descrição completa e exata do objeto para o qual está apresentando proposta, conforme modelo sugerido no anexo II;
- c) coluna de preços preenchida, sem rasuras, borrões ou emendas, conforme modelo sugerido no anexo II;
- d) orçamento discriminado e o cronograma físico-financeiro da obra, em conformidade com os itens solicitados na planilha orçamentária e no memorial descritivo fornecidos pelo Município;
- e) a composição detalhada do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) referente à proposta, onde deverão constar, no mínimo, os percentuais adotados para os componentes: taxa de rateio de administração central; percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e pessoalística que oneram o contrato, taxa de risco, seguro e garantia de empreendedorismo e taxa de lucro;
- f) detalhamento de encargos sociais, esse para empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõe o artigo 13, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06;
- g) declaração subscrita pelo representante legal da empresa de que atende os requisitos para contratação, conforme modelo sugerido no anexo III;
- h) declaração de conhecimento do local de execução do objeto, devidamente assinada pelo representante legal da empresa e pelo profissional que será o responsável técnico pela execução da obra, conforme modelo sugerido no anexo IV;
- i) declaração subscrita pelo representante legal da empresa informando qual é o CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que representa a atividade de maior receita da empresa (Lei Federal nº 12.546/11 e Instrução Normativa RFB nº 1.436/13), conforme modelo sugerido no anexo V.

4.4. Os preços devem ser cotados em moeda corrente nacional (real).



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

4.4.1. A esse propósito vale referir a Lei nº 9.069/95, que no parágrafo 2º do artigo 1.º prevê que a centésima parte do real, denominada “centavo”, será escrita sob a forma “decimal”, precedida da vírgula que segue a unidade.

4.4.2. Por este motivo, as propostas que apresentarem a milésima parte do real, escrita sob forma centesimal (três casas após a vírgula, por exemplo, R\$ 1,234), terão desconsiderada a 3.ª casa no julgamento da proposta e em caso de empate ocorrerá o sorteio.

4.5. As propostas deverão ser preenchidas de forma digitada e/ou datilografada.

4.6. A proposta que não estiver assinada pelo proponente ou por seu representante legal e que não possuir a identificação da empresa será desclassificada, observando-se além disso o seguinte:

a) a não indicação do(s) item(ns) e demais exigências constantes neste edital e em seus anexos, bem como rasuras ou emendas, particularmente no que diz respeito a valores cotados, poderão ensejar sua anulação;

b) a execução deverá ser de acordo com a solicitada no edital;

4.7. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem preços irrisórios ou superiores ao valor máximo estabelecido no anexo I deste edital.

4.8. A apresentação de proposta implica na aceitação, por parte do participante, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, carecendo de validade qualquer nova proposição apresentada em desacordo com as referidas condições.

4.9. As propostas serão analisadas para identificar erros aritméticos nos preços propostos, os quais serão corrigidos pela Seção de Compras na conformidade do seguinte critério:

a) havendo diferença de valores entre números e expressões, prevalecerá o valor indicado pela expressão;

b) havendo diferença entre um valor unitário e o valor total, resultante da multiplicação deste unitário, prevalecerá o valor unitário e a quantidade para apuração do total;

c) o erro de adição será retificado conservando-se as parcelas corretas e alterando-se o total proposto pelo total corrigido.

5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

5.1. A proposta será analisada e julgada de acordo com os documentos integrantes deste edital, utilizando-se, para tanto, o critério de **menor preço POR ITEM**, ressalvados os casos em que, pela avaliação da Administração, devidamente instruída, se enquadre nos textos do § 3.º do artigo 44 ou do inciso II do artigo 48, ambos da Lei nº 8.666/93, para os quais aplicar-se-á o disposto no item seguinte deste edital.

5.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços unitários e/ou globais superiores aos indicados na planilha orçamentária base fornecida pelo Município, a qual é parte integrante deste edital, ou que, **após análise**, contiverem preços manifestamente inexequíveis.

5.2.1. No caso da proposta ser considerada inexequível, antes da desclassificação, será marcado, por escrito, o prazo de até 05 (cinco) dias corridos para que o participante prove, por escrito, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

5.2.2. Se a justificativa não for aceita, efetivar-se-á a desclassificação.

5.3. Serão também desclassificadas as propostas que contiverem condições de pagamento e de execução diferentes das estipuladas neste edital, bem como as que oferecerem redução de preços sobre a menor proposta ou contrariarem a legislação vigente.

5.4. Verificada absoluta igualdade de condições entre duas ou mais propostas e, após obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, será decidida por sorteio.

5.5. As propostas serão ordenadas de acordo com o menor preço apresentado, sendo imediatamente notificado para apresentação dos documentos de habilitação o participante detentor da proposta classificada em primeiro lugar.

5.6. O vencedor ficará obrigado a manter os compromissos assumidos em razão deste edital, exceto se ocorrer a hipótese prevista no § 3º do artigo 64 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

5.7. O julgamento e análise das propostas será realizado pela Seção de Compras em conjunto com a equipe técnica da secretaria competente, no que couber.

5.8. Durante o julgamento das propostas, o responsável pelo julgamento poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e/ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Encerrado o julgamento das propostas, a Seção de Compras convocará a empresa vencedora para apresentar os documentos de habilitação **no prazo máximo de até 5 (cinco) dias corridos**, a contar da data do recebimento da convocação.

6.1.1. Mediante pedido fundamentado, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período e a critério do Município, o prazo para apresentação dos documentos.

6.1.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser assinados por seu representante legal, ou por procurador habilitado, e deverão ser apresentados em papel identificado (timbre, impressão ou carimbo) que contenha no mínimo, a razão social e o endereço da mesma.

6.2. Recomenda-se que a empresa leia com atenção a relação de documentos e que, havendo alguma dúvida quanto aos mesmos, peça os devidos esclarecimentos à Seção de Compras para que os apresente no prazo e na forma correta, a fim de não ser inabilitada.

6.3. O julgamento e análise dos documentos de habilitação será realizado pela Seção de Compras em conjunto com a equipe técnica da secretaria competente, no que couber.

6.3.1. Será admitido o complemento dos documentos em caso de envio parcial anterior, mas desde que ocorra dentro do prazo estabelecido no item 6.1.

6.4. Durante o julgamento dos documentos, o responsável pelo julgamento poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos mesmos e/ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.5. Dentro do prazo estabelecido no item 6.1 deste edital, a empresa deverá encaminhar os documentos de habilitação por e-mail ou em envelope fechado, contendo no anverso a indicação **“EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2021 – HABILITAÇÃO”**, seguida do nome da empresa, diretamente na Seção de Compras.

6.5.1. O e-mail para encaminhamento dos documentos é *cotacao@santarosa.rs.gov.br*.

6.6. Para participar deste edital de dispensa de licitação, as empresas **CADASTRADAS** na Seção de Compras da Secretaria de Administração e Fazenda deverão apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

a) habilitação jurídica – Certificado de Registro Cadastral

1) cópia do Certificado de Registro no Cadastro de Fornecedor – CRC do Município de Santa Rosa, RS, pertinente ao ramo do objeto da licitação e que esteja vigente e com todas as certidões negativas atualizadas e em plena vigência, conforme determina a Instrução Normativa Municipal n.º 005/2016;

b) qualificação técnica

1) Certificado de Registro da empresa no CREA ou no CAU (pessoa jurídica), devidamente atualizado e em pleno vigor;

2) Certificado de Registro no CREA ou no CAU do responsável técnico pela execução do objeto (pessoa física), devidamente atualizado e em pleno vigor;

3) declaração designando o responsável técnico pela execução da obra e discriminando a qualificação técnica deste;

4) comprovante de vínculo do responsável técnico com a participante, da seguinte forma:

a) em se tratando de sócio(s) da empresa, por intermédio da apresentação de cópia do contrato social ou documento equivalente;

b) no caso de empregado(s), mediante cópia da(s) Carteiras(s) de Trabalho devidamente registrada(s);

c) no caso de contrato de prestação de serviços, mediante cópia do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

5) declaração de que possui à disposição os equipamentos, máquinas e mão de obra necessários para o cumprimento do objeto deste edital.

6) atestado de capacitação técnico-profissional fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA OU CAU), em nome do profissional indicado como responsável técnico pela execução da obra, comprovando que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características como o ora dispensado e que tenha abrangido o serviço de maior relevância abaixo listado, conforme descrito pela Seção de Arquitetura e Engenharia:

- *Estrutura metálica;*
- *Estrutura de concreto armado.*

Observação 1: O atestado de capacidade técnica deverá conter, obrigatoriamente, a ART ou a RTT do responsável técnico da empresa.

Observação 2: Não será aceito atestado de serviço inacabado ou executado parcialmente ou, ainda, em consórcio com outras empresas.

6.7. As empresas **NÃO CADASTRADAS** na Seção de Compras da Secretaria de Administração e Fazenda, deverão apresentar, obrigatoriamente, **ALÉM DOS DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDOS NA ALÍNEA "B" DO ITEM 6.6**, os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

a) habilitação jurídica

1) cópia do respectivo ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

2) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

3) cópia de decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4) certidão de registro comercial, se empresa individual.

b) regularidade fiscal e trabalhista

1) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2) prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3) comprovação de regularidade para com as fazendas municipal, estadual e federal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, referente a todo e qualquer tributo, inclusive em relação à dívida ativa tributária, mediante a juntada de:

a) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de tributos municipais, comprovando a regularidade da requerente para com a Fazenda Municipal, atualizada e em plena vigência;

b) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos estaduais emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, comprovando a regularidade da requerente para com a Fazenda Estadual, atualizada e em plena vigência;

c) certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a regularidade da requerente para a Fazenda Federal, atualizada e em plena vigência;

4) comprovação de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), atualizado e em pleno vigor.

5) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e do artigo 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

c) qualificação econômico-financeira

1) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

6.8. O CERTIFICADO DE FORNECEDOR DEVERÁ SER ATINENTE AO RAMO DO OBJETO A SER LICITADO, SOB PENA DE INABILITAÇÃO.

6.9. Serão inabilitadas as empresas:

- a) que não apresentarem todos os documentos descritos no item 6.6 e no item 6.7;
- b) que apresentarem documentos desatualizados ou com prazo de vigência vencido.

6.10. Em qualquer época ou oportunidade ainda poderão ser exigidos documentos ou informações complementares, previstas na Lei nº 8.666/93.

6.11. OS DOCUMENTOS SOLICITADOS NO ITEM 6.6 E NO ITEM 6.7 PODERÃO SER APRESENTADOS EM UMA ÚNICA VIA: EM ORIGINAL; EM CÓPIA AUTENTICADA EM CARTÓRIO OU EM CÓPIA SIMPLES, ACOMPANHADA DO ORIGINAL, PARA SER AUTENTICADA POR SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DA SEÇÃO DE COMPRAS OU INTEGRANTES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

6.11.1. OS DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DE SISTEMAS INFORMATIZADOS (INTERNET) FICARÃO SUJEITOS À VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DE SEUS DADOS PELA ADMINISTRAÇÃO.

6.12. O Certificado de Fornecedor somente será considerado válido mediante conferência e autenticação pela Seção de Compras.

6.12.1. A conferência das informações contidas no Certificado de Fornecedor ocorrerá durante a fase de habilitação e será realizada através de sistema informatizado.

7. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

7.1. As obrigações decorrentes desta dispensa serão estabelecidas em contrato, cuja minuta constitui o anexo VI deste edital.

7.2. A contar da data de sua assinatura, o contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses e se encerrará concomitantemente com a declaração de cumprimento integral de seu objeto pela secretaria interessada.

7.2.1. Excepcionalmente, a vigência do contrato poderá ser prorrogada mediante termo aditivo e aprovação do Município, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

7.3. Aprovada e homologada a dispensa, a Administração Pública convocará o participante vencedor para assinar o contrato, através de seu representante devidamente credenciado, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias a partir do recebimento da convocação.

7.3.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, a critério do Município.

7.4. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital por descumprimento total da obrigação assumida, conforme previsto no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.

8. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e com as normas da Lei Federal nº 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme previsto na Lei e na minuta do contrato, que é parte integrante deste edital.

8.2. O objeto deverá ser executado em conformidade com os projetos e desenhos técnicos, com o memorial descritivo, com o orçamento e com o cronograma físico-financeiro que constam no processo acima mencionado e que igualmente são partes integrantes deste edital, independentemente de transcrição.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

8.3. A execução realizada em desacordo com as disposições previstas neste edital, na minuta de contrato, no memorial descritivo, no orçamento, no cronograma físico-financeiro e nos projetos técnicos poderá resultar na aplicação das sanções previstas na minuta de contrato.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado de acordo com o cronograma físico-financeiro e depois da liquidação do empenho, mas desde que atendidas as regras e exigências previstas na minuta de contrato.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A despesa decorrente da execução do objeto deste edital correrá à conta do crédito aberto através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Ação	Elemento
29	5	1041	34490510000000000000

11. DA ALTERAÇÃO, DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTE DO CONTRATO

11.1. As condições necessárias para a alteração do contrato e para a concessão de reequilíbrio econômico-financeiro e/ou de reajuste do valor contratado, conforme o caso, são aquelas estabelecidas na Lei e na minuta de contrato.

12. DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato poderá ser rescindido no caso de não cumprimento ou de cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos pela contratada, ou nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme previsto na minuta do contrato.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, o Município poderá penalizar a contratada com as sanções previstas na minuta de contrato, inclusive quanto a fatos ocorridos anteriormente à assinatura do contrato.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Lembrete às empresas participantes: verificar se o Certificado de Registro de Fornecedor junto à Seção de Compras da Secretaria de Administração e Fazenda está vigente e com todas as certidões negativas atualizadas, caso pretendam utilizar o mesmo para substituir os documentos de habilitação.

14.2. Os interessados poderão obter esclarecimentos adicionais sobre este edital na Seção de Compras da Secretaria de Administração e Fazenda, a qual está localizada no Palácio Municipal 14 de Julho (Centro Administrativo Municipal) na Avenida Expedicionário Weber, nº 2.983, no Bairro Cruzeiro, ou pelo telefone (55) 3511-5100, ramal 283, no horário de expediente da Administração Municipal.

14.3. O presente edital será processado de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

14.4. A participação neste edital implica em concordância tácita, por parte do participante, com todos os termos e condições do mesmo.

14.5. O Município poderá revogar o presente edital por motivo de interesse público, bem como anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocações de terceiros.

14.5.1. A anulação do procedimento, por motivo de ilegalidade, não gera obrigações de indenizar, por parte do Município, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

14.6. A decisão da Seção de Compras somente será considerada definitiva depois de homologada pela autoridade competente ou pelo seu representante legal ou eventual.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, excluir-se-á o dia de seu início e incluir-se-á o dia do vencimento.

14.7.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente na Administração Pública Municipal de Santa Rosa.

14.8. O Foro de Santa Rosa, RS, é eleito para dirimir qualquer litígio advindo deste edital.

15. DOS ANEXOS

15.1. Fazem parte do presente edital os seguintes documentos:

- ANEXO I** - Especificação do objeto;
- ANEXO II** - Modelo de proposta de preços;
- ANEXO III** - Modelo de declaração de atendimento dos requisitos para contratação;
- ANEXO IV** - Modelo de declaração de conhecimento do local de execução do objeto;
- ANEXO V** - Modelo de declaração de atividade de maior receita - CNAE;
- ANEXO VI** - Minuta de contrato.

Santa Rosa, 01 de outubro de 2021.

ALDEMIR EDUARDO ULRICH,
Vice-Prefeito.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO I

EDITAL DE DISPENSA n° 01/2021
(processo administrativo n° 19.808/2021)

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM N° 01		
Qtde	Und	Descrição
1	Un	Contratação de empresa para a reforma da Passarela “Ademar Pereira Luz” e serviços complementares na Rua Sinval Saldanha no Bairro Planalto, o qual deverá ser executado em conformidade com as especificações técnicas descritas no memorial descritivo, no cronograma físico-financeiro, no orçamento discriminado e nos projetos e demais documentos técnicos constantes no processo administrativo acima citado e que são partes integrantes deste edital, independentemente de transcrição.
VALOR DO ITEM N° 01		R\$ _____ (_____)

1) Conforme o orçamento que é parte integrante deste edital, **o valor máximo aceitável para o objeto acima descrito será de R\$ 77.877,52** (setenta e sete mil, oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos).

2) Para fins de julgamento, as propostas deverão observar os valores máximos unitários e/ou globais estabelecidos na planilha orçamentária disponibilizada pela Secretaria competente, sob pena de desclassificação.

Data: ____/____/2021.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO II

(modelo de proposta de preços)

PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Município de Santa Rosa, RS:

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, interessada em participar do edital de **Dispensa de Licitação n.º 01/2021**, propõe a esse Município o fornecimento do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

ITEM N.º 01		
Qtde	Un	Descrição
1	Un	
VALOR DO ITEM N.º 01 = R\$ _____ (_____)		

1) Dados da empresa para celebração de contrato:

- a) Razão Social: _____
b) CNPJ n.º: _____
c) Inscrição Estadual n.º: _____
d) Endereço: _____
e) Fone: _____ Fax (se houver): _____
f) E-mail: _____
g) CEP: _____
h) Cidade: _____ Estado: _____

2) Dados bancários da empresa (conta em nome da pessoa jurídica e preferencialmente em bancos oficiais):

- a) Banco: _____
b) Conta Corrente: _____ Agência: _____

3) Dados do responsável pela assinatura do contrato (deve ser o responsável legal, caso representado por terceiro, deverá ser apresentada procuração concedendo poderes ao outorgado):

- a) Nome: _____
b) CPF n.º: _____
c) RG n.º: _____
d) Endereço: _____
e) Fone para contato: (____) _____
f) E-mail: _____
g) CEP: _____
h) Cidade: _____ Estado: _____

i) Cópia simples do RG ou Carteira Nacional de Habilitação.

Data: ____/____/2021.

Representante Legal
(nome completo e cargo que ocupa na empresa participante)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO III

(modelo de declaração de atendimento dos requisitos para contratação)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei e para fins de participação no edital de **Dispensa de Licitação nº 01/2021**, que:

a) não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, estando em plena conformidade com o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;

b) não foi declarada inidônea por ato do Poder Público de qualquer esfera de Governo;

c) não está impedida de contratar com a Administração Pública;

d) não se enquadra nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93;

e) não há fato superveniente impeditivo da sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.666/93;

f) concorda com as regras e exigências contida no edital e na minuta de contrato.

g) não está incluído nas vedações constantes no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06 e que cumpre os requisitos legais para a qualificação como:

(....) microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

(....) empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

(...) microempreendedor individual, cujo valor da receita bruta anual, no último exercício, não excedeu o limite fixado no art. 18-A, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06; não se enquadra em qualquer das hipóteses relacionadas no art. 18-A, § 4º, incisos I a V, da mesma Lei; e exerce tão comente atividades constantes do Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de maio de 2018.

Data: ____/____/2021.

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na empresa participante)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO IV

(modelo de declaração de conhecimento do local de execução do objeto)

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados, _____, Carteira de Identidade n° _____ e CPF n° _____, na qualidade de _____ da empresa _____, CNPJ n.º _____, sediada na cidade de _____, na Rua _____, n° _____, Bairro _____; e _____ (engenheiro/arquiteto), inscrito no _____ (CREA/RS ou CAU/RS) sob o n.º _____, na qualidade de responsável técnico da referida empresa, **DECLARAMOS**, sob as penas da Lei, que temos pleno conhecimento do local de execução, das condições e das peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos referentes ao objeto do edital de **Dispensa de Licitação n° 01/2021** e que concordamos com todas as especificações técnicas descritas no edital da licitação e nos respectivos memorial descritivo, orçamento, cronograma físico-financeiro e projeto que são partes integrantes do mesmo.

Para que surta os efeitos legais.

Data: ____/____/2021.

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na empresa participante)

Responsável Técnico

(nome completo e número de inscrição no CREA/RS ou no CAU/RS)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO V

(modelo de declaração de atividade de maior receita – CNAE)

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Senhor(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei e para os fins do edital de **Dispensa de Licitação nº 01/2021**, que:

a) a atividade principal (de maior receita auferida no ano-calendário anterior) da empresa, nos termos do artigo 17 da Instrução Normativa RFB nº 1.436/2013, enquadra-se no grupo _____ da CNAE 2.0: _____ *descrever a atividade* _____;

b) optou por:

(☐) **recolher** a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta (CPRB), em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento previstas nos incisos I e III do *caput* do artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/1991, na forma do *caput* do artigo 7.º da Lei Federal nº 12.546/2011 e do inciso V do artigo 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.436/2013;

(☐) **não recolher** a contribuição previdenciária incidente sobre o valor da receita bruta (CPRB), em substituição às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento previstas nos incisos I e III do *caput* do artigo 22 da Lei Federal nº 8.212/1991, na forma do *caput* do artigo 7.º da Lei Federal nº 12.546/2011 e do inciso V do artigo 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.436/2013;

c) tem conhecimento de que a opção tem caráter irrevogável, conforme o § 16 do artigo 9º da Lei Federal nº 12.546/2011 e o § 2º do artigo 13 da Instrução Normativa RFB nº 1.436/2013.

Data: ____/____/2021.

Representante Legal

(nome completo e cargo que ocupa na empresa licitante)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

ANEXO VI

(minuta de contrato)

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO Nº QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA ROSA E

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA, RS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 88.546.890/0001-82 e com sede administrativa na Avenida Expedicionário Weber, nº 2.983, no Bairro Cruzeiro, nesta cidade de Santa Rosa, RS, neste ato representado pelo seu Exmo. Prefeito, Senhor **ANDERSON MANTEI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Santa Rosa, RS, portador do CPF nº 460.300.420-68 e do RG nº 6008913458, em pleno e regular exercício de seu mandato.

CONTRATADA

....., pessoa jurídica de direito privado, com firma registrada no CNPJ sob o nº, com sede na Rua, nº, na cidade de, neste ato representada pelo seu Ilmo., Senhor, residente e domiciliado na Rua, nº, na cidade de, portador do CPF nº e do RG nº

Têm entre si ajustadas e contratadas, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93; com o processo administrativo nº 11.102, de 19/09/2020, da Secretaria de Educação e Cultura, e com o edital de **Dispensa de Licitação nº 01/2021**, com fulcro no artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e no artigo 1.º, inciso I, alínea "a", da Medida Provisória nº 961/2020, as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente contrato para execução de Laje em concreto Pré-Moldado para sumidouro na EMEF Nossa Senhora da Glória, localizada na Rua Guaporé nº 2313 – Bairro Glória.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. O objeto descrito na Subcláusula 1.1 será executado sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. A contar da data de sua assinatura, o contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses e se encerrará concomitantemente com a declaração de cumprimento integral de seu objeto pela Secretaria competente.

3.2. Excepcionalmente, a vigência do contrato poderá ser prorrogada mediante termo aditivo e aprovação do CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. A contar do recebimento da respectiva ordem de início do serviço, a CONTRATADA terá o prazo previsto no cronograma físico-financeiro para executar o objeto.

4.2. A CONTRATADA só poderá iniciar a execução do objeto depois do recebimento da ordem de início dos serviços.

4.3. Para receber a ordem de início dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a ART do CREA ou a RTT do CAU, conforme o caso, para a execução do objeto, devidamente quitada, e



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

comprovante de VISTO do CREA/RS ou do CAU/RS quando sua circunscrição não seja o Estado do Rio Grande do Sul.

4.4. A execução do objeto deverá ser iniciada no prazo de até 05 (cinco) dias depois do recebimento da ordem de início dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução deverá ocorrer em conformidade com as especificações técnicas descrita no memorial descritivo, no orçamento discriminado, no cronograma físico-financeiro e nos projetos técnicos referentes ao objeto contratado, os quais são parte integrante deste contrato, independentemente de transcrição.

5.2. O CONTRATANTE, através dos servidores designados, e a CONTRATADA definirão em conjunto a metodologia de trabalho mais apropriada para a execução dos serviços sempre que ocorrerem situações não previstas neste contrato e no edital da licitação e seus anexos.

5.3. A CONTRATADA deverá utilizar somente materiais de primeira qualidade na execução do objeto contratado.

5.4. Toda e qualquer dúvida deverá ser esclarecida previamente com o CONTRATANTE antes da execução dos serviços correspondentes.

5.5. As impropriedades apontadas pelos fiscais designados pelo CONTRATANTE, e pelos órgãos de fiscalização e controle, deverão ser corrigidas pela CONTRATADA sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE.

5.6. Sem prejuízo de outras obrigações decorrentes da execução do objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá:

a) atender as normas técnicas (padrões da engenharia e arquitetura e normas técnicas, normas recomendadas, especificações e métodos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)) e legais referentes à execução do objeto, bem como as condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;

b) fornecer as máquinas, os materiais, os equipamentos e a mão de obra que se fizerem necessários para a execução do objeto;

c) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo a ser determinado pelo fiscal da obra, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados em desacordo com as técnicas vigentes;

d) substituir, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, pessoa e/ou empregado sob sua responsabilidade cuja permanência no local de execução do objeto esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos;

e) remover, após a conclusão dos trabalhos, os entulhos, restos de materiais e lixo de qualquer natureza deles provenientes, entregando o local da obra limpo e em condições de uso;

f) cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentadoras sobre medicina e segurança do trabalho, bem como fornecer todos os equipamentos de proteção individual (EPI) que se fizerem necessários, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato;

g) sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, o local de execução do objeto deste contrato, de acordo com as normas de trânsito e de segurança em vigor, a fim de garantir a segurança das demais pessoas que transitarem nas proximidades do local;

h) efetuar registro de empreitada no CREA ou no CAU, conforme o caso, em observância ao disposto na legislação vigente;

i) construir e manter seus escritórios, alojamentos e demais dependências, no canteiro da obra, dentro das condições de absoluta higiene;

j) manter no local da execução do objeto um diário de obra para anotações técnicas do andamento dos serviços;

k) submeter todos os materiais a serem empregados na execução do objeto à aprovação do técnico responsável pela fiscalização da mesma;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

l) colocar placa para identificação do empreendimento, segundo o modelo a ser fornecido pela fiscalização;

m) manter preposto no local da execução do objeto, a fim de representá-la durante a execução do mesmo;

n) responsabilizar-se pela idoneidade técnica e moral de seus empregados ou prepostos, bem como pela boa qualidade dos serviços prestados e pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Secretaria interessada;

o) assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários e por todas as demais despesas resultantes da execução do presente contrato.

5.7. No caso de o objeto ser classificado como obra de construção civil, a **CONTRATADA deverá inscrever a obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO)** no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB n.º 1.845, de 22 de novembro de 2018, exceto se for considerada reforma de pequeno valor, conforme conceito e classificação da Instrução Normativa RFB n.º 971/2009.

5.8. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao fiscal de contrato toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto.

5.9. Durante 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo dos serviços e obras, a CONTRATADA responderá por sua qualidade e segurança, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período às suas expensas, independentemente de qualquer pagamento do CONTRATANTE.

5.10. A CONTRATADA será responsável pela guarda e pela manutenção dos equipamentos e dos materiais a serem empregados na execução do objeto deste contrato, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

5.11. A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o CONTRATANTE.

5.12. O vínculo jurídico entre as partes não gerará qualquer relação de subordinação ou de trabalho, principalmente entre os profissionais pertencentes à CONTRATADA e o CONTRATANTE, sendo que a responsabilidade trabalhista, fiscal e previdenciária, quando houver, será assumida e suportada integralmente pela CONTRATADA.

5.13. A CONTRATADA é responsável exclusiva pelo adimplemento dos encargos e recolhimentos previdenciários, trabalhistas, fiscais, acidentários, bem como pelos salários, horas-extras, adicionais, décimo terceiro salário, FGTS, Imposto de Renda, Imposto sobre Serviços e afins, devidos por qualquer forma aos seus funcionários, já que a CONTRATADA é a única responsável pelo vínculo empregatício com os mesmos, isentando o CONTRATANTE de qualquer responsabilidade no tocante a tais encargos e recolhimentos.

5.14. Além dos encargos discriminados na Subcláusula anterior, é responsabilidade da CONTRATADA efetuar as anotações em carteiras de trabalho e previdência social, consoante as normas da categoria profissional a que pertencem os seus empregados, ficando facultado ao CONTRATANTE a fiscalização necessária para a verificação do fiel cumprimento por parte da CONTRATADA desses ônus e obrigações.

5.15. Sempre que solicitado pelo fiscal de contrato, a CONTRATADA deverá elaborar e encaminhar relatório sobre os serviços efetivamente executados e a relação dos funcionários utilizados na execução dos mesmos, bem como apresentar os comprovantes de adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de sua responsabilidade, para fins de fiscalização e acompanhamento.

5.16. Caso a existência de vínculo trabalhista venha ser reconhecida, ainda que por decisão judicial, fica ciente a CONTRATADA da obrigação de indenizar o CONTRATANTE de todos os valores despendidos em decorrência do reconhecimento do vínculo, inclusive custas judiciais e honorários de advogado, obrigando-se a este pagamento no prazo a ser definido pelo CONTRATANTE, sob pena de inscrição em dívida ativa não-tributária.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

5.17. Não quitado o débito no vencimento estipulado, ficará o mesmo sujeito à correção monetária até a sua efetiva e integral liquidação, que se dará acrescida de juros de mora de 1% ao mês, *pro rata die*, e de multa de 10% sobre o valor total do débito, acrescido das despesas judiciais e extrajudiciais de cobrança.

5.18. A presença da fiscalização durante a execução dos serviços e obras, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, inclusive pelos serviços executados por suas subcontratadas, na forma da legislação em vigor.

5.19. Se a CONTRATADA recusar, demorar, negligenciar ou deixar de eliminar as falhas, vícios, defeitos ou imperfeições apontadas pela fiscalização, poderá o CONTRATANTE efetuar os reparos e substituições necessárias, seja por meios próprios ou de terceiros, transformando-se os custos decorrentes, independentemente do seu montante, em dívida líquida e certa da CONTRATADA.

5.20. A CONTRATADA responderá diretamente por todas e quaisquer perdas ou danos causados em bens ou pessoas, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores e subcontratadas; bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o CONTRATANTE por quaisquer pagamentos que este seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

5.21. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação dos setores responsáveis pela fiscalização, bem como dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATANTE, permitindo o livre acesso aos serviços e obras em execução, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes a execução do objeto, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas.

5.22. Qualquer auxílio prestado pela fiscalização na interpretação deste contrato, do edital, do memorial descritivo, do projeto técnico, do cronograma físico-financeiro e do orçamento, bem como na condução dos trabalhos, não poderá ser invocado para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pela execução dos serviços e obras.

5.23. A CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas para participar do processo licitatório.

5.24. No caso de demanda judicial decorrente da execução do contrato e que envolva interesse de qualquer dos partícipes, as demais partes deverão fornecer, em prazo hábil para defesa em juízo, todas as informações e documentos necessários para atuação judicial, bem como deverão participar ativamente do processo judicial, praticando todos os atos que lhes couberem, sob pena de inexecução contratual.

5.25. A CONTRATADA deverá cumprir o Acordo, Dissídio, Convenção Coletiva ou equivalente, relativo à categoria profissional abrangida no contrato, bem como da legislação em vigor e não havendo na região Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva relativa à categoria profissional abrangida no contrato, garantir os direitos trabalhistas, fixado em regulamento de trabalho ou profissão de natureza similar da região mais próxima.

5.26. A CONTRATADA deverá aceitar que o CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em Lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

5.27. A CONTRATADA deverá aceitar a rescisão do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e a aplicação das penalidades cabíveis para os casos do não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

5.28. A execução realizada em desacordo com as disposições previstas neste contrato, no edital, no memorial descritivo, no orçamento, no cronograma físico-financeiro e nos projetos, poderá resultar na aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato poderá ser alterado de acordo com as condições estabelecidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O CONTRATANTE fiscalizará, como melhor lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente contrato, notificando a CONTRATADA a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

7.2. O pagamento é vinculado ao exercício desta fiscalização pelo CONTRATANTE, mediante a emissão de termo de liberação de pagamento e do controle dos prazos estabelecidos.

7.3. Resguardada a disposição das Subcláusulas precedentes, a fiscalização representará o CONTRATANTE e terá as seguintes atribuições:

a) agir e decidir em nome do CONTRATANTE, inclusive para rejeitar o objeto contratual que estiver em desacordo com as especificações exigidas;

b) emitir os termos de liberação de pagamento correspondentes e encaminhá-los, junto com as notas fiscais/faturas, à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda para liquidação e pagamento, após constatar o fiel cumprimento das obrigações contratuais;

c) exigir da CONTRATADA o cumprimento rigoroso das obrigações assumidas, emitindo as notificações que se fizerem necessárias;

d) sustar o pagamento de notas fiscais/faturas no caso de inobservância, pela CONTRATADA, de condições contratuais;

e) solicitar a aplicação, nos termos contratuais, de multa(s) e/ou de outras penalidades à CONTRATADA;

f) instruir o processo com o(s) recurso(s) interposto(s) pela CONTRATADA, no tocante ao pedido de cancelamento de multa(s) e/ou de outras penalidades, quando essa discordar do CONTRATANTE;

g) encaminhar, se necessário, ao Setor competente as solicitações de adendo contratual, devidamente motivados e comprovados.

CLÁUSULA OITAVA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto será recebido, provisoriamente, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias a partir da comunicação enviada por escrito pela CONTRATADA.

8.2. O recebimento definitivo do objeto será feito mediante vistoria e aprovação final, após as adequações que se fizerem necessárias no objeto, as quais serão efetuadas às expensas da CONTRATADA, e depois da entrega da **Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Obra de Construção Civil (CND de baixa da obra)**, emitida nos termos do artigo 383-C da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, em caso de ser classificado como obra de construção civil, exceto reforma de pequeno valor, conforme conceito e classificação da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

8.3. A aprovação do objeto não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.

CLÁUSULA NONA– DO PAGAMENTO

9.1. Pela execução do objeto descrito na Subcláusula 1.1, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$(.....).

9.2. O pagamento será realizado de acordo com o cronograma físico-financeiro e em até 15 (quinze) dias depois da execução de cada etapa da obra e da liquidação do empenho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

9.2.1. O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente em nome da CONTRATADA, sendo que em hipótese alguma será realizado pagamento por outros meios, tais como o boleto bancário ou cheque.

9.2.2. A CONTRATADA deverá manter atualizada essa conta corrente junto ao cadastro único do CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato.

9.3. Para receber o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar:

- a)** a nota fiscal/fatura;
- b)** o termo de liberação de pagamento;
- c)** as certidões negativas de débitos trabalhistas (CNDT), do FGTS e de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/14, as quais deverão estar atualizadas e em plena vigência.

9.4. No caso de o objeto ser classificado como obra de construção civil, exceto reforma de pequeno valor, conforme conceito e classificação da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, a CONTRATADA também deverá apresentar:

a) uma cópia da GFIP com as informações referentes à obra com comprovante de entrega, da folha de pagamento específica para a obra e do documento de arrecadação relacionado com a obra, relativos à mão-de-obra própria utilizada pela CONTRATADA; e, conforme o caso se autorizada a subcontratação;

b) cópia das notas fiscais, das faturas ou dos recibos emitidos por subempreiteiras, com vinculação inequívoca à obra, dos correspondentes documentos de arrecadação da retenção e da GFIP das subempreiteiras com comprovante de entrega, com informações específicas do tomador da obra.

9.5. Para receber a última parcela do pagamento, caso classificado o objeto como obra de construção civil, exceto reforma de pequeno valor, conforme conceito e classificação da Instrução Normativa RFB nº 971/2009, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União de Obra de Construção Civil (CND de baixa da obra), emitida nos termos do artigo 383-C da Instrução Normativa RFB nº 971/2009.

9.6. A não manutenção pela CONTRATADA das condições de habilitação e qualificação constatadas a qualquer tempo poderão levar a aplicação de sanções e rescisão contratual.

9.7. Caso constatado, no momento do pagamento, a irregularidade quanto a manutenção das condições de habilitação, a CONTRATADA será notificada para que regularize a situação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo apresente sua defesa.

9.7.1. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE a depender de justificativa apresentada pela CONTRATADA.

9.7.2. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

9.7.3. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

9.7.4. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA irregular, salvo por motivo de economicidade, segurança municipal ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do CONTRATANTE.

9.8. A CONTRATADA não poderá estar em débito com a Fazenda Municipal, sob pena de bloqueio dos pagamentos a que fizerem jus e/ou compensação na parcela final.

9.9. Para fins de pagamento e de liquidação do empenho, a CONTRATADA deverá observar a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme a legislação vigente.

9.10. Sempre que for necessária, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) deverá ser enviada pela CONTRATADA para o e-mail: *patrimonio@santarosa.rs.gov.br*.

9.11. O CONTRATANTE irá reter os valores correspondentes aos tributos incidentes sobre a prestação de serviços (mão de obra), quando a legislação tributária assim determinar.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

9.12. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número da inscrição do CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aquele de filial ou da matriz.

9.13. A critério do CONTRATANTE, poderão ser descontadas dos valores devidos as quantias necessárias para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da contratada.

9.14. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGP-M/FGV do período, ou pelo índice que vier a substituí-lo, e o CONTRATANTE compensará a CONTRATADA com juros de 0,5% ao mês, *pro rata die*, desde que o atraso não tenha sido causado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão a cargo dos créditos abertos através da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unidade	Ação	Elemento
29	5	1041	344905100000000000

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1. Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei n.º 8.666/93 será concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante prévio requerimento da CONTRATADA, a qual deverá comprovar, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. Conforme as normas financeiras vigentes a partir de 1º de julho de 1994 (Plano Real), não haverá reajustamento dos preços contratados antes de transcorrido um ano de vigência deste contrato.

12.2. Sempre que a execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será permitido o reajuste do valor consignado no contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano a contar da data limite para apresentação da proposta, ou do último reajuste, e desde que deduzida eventual antecipação concedida a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

12.3. O índice de reajuste terá como indexador a variação do IGP-M/FGV do período, ou do índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei n° 8.666/93, a CONTRATADA quando, dentre outras hipóteses:

- a) não assinar o termo de contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) cometer fraude fiscal;
- g) comportar-se de modo inidôneo.
- h) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- i) subcontratar, associar-se com outrem, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto contratado, sem prévia autorização da fiscalização;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

j) deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, do contrato ou de determinação formal ou instrução complementar da fiscalização;

k) fraudar na execução do contrato;

l) der causa à rescisão do contrato, sem justificativa aceita pelo CONTRATANTE.

13.2. Considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou da execução do contrato, tais como, dentre outros: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório, agir em conluio ou em desconformidade com a Lei, induzir deliberadamente a erro no julgamento, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

13.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência por escrito quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) suspensão de licitar e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção de suspensão, não superior a 2 (dois) anos;

d) multa de:

1) 0,33 % por dia de atraso, na execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

2) 0,66 % por dia de atraso, na execução do objeto, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do CONTRATANTE, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

3) 5% sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos números 1 e 2;

4) 15% em caso de recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato, calculado sobre a parte inadimplente;

5) 20% sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

13.4. Após o limite estabelecido no número 1 da alínea “d” da Subcláusula 12.3 (ou seja, após o trigésimo dia) e a critério do CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato.

13.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.6. Também ficam sujeitos às penalidades do artigo 87, III e IV, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o CONTRATANTE em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Municipal nº 5.158/14 e na Instrução Normativa Municipal nº 02/19.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da CONTRATADA, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do CONTRATANTE, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do CONTRATANTE e cobrados judicialmente ou administrativamente, conforme legislação em vigor.

13.10. Caso o CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.11. Nenhum pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.12. As sanções aplicadas à CONTRATADA serão inscritas no seu respectivo Cadastro de Registro de Fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente contrato poderá ser rescindido:

a) nas hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, com as consequências indicadas no artigo 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste contrato;

b) amigavelmente, nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

14.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

14.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei nº 8.666/93.

14.4. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar:

a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos em relação ao cronograma físico-financeiro, atualizado;

b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c) indenizações e multas.

14.5. O não pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas, bem como pelo não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato será causa de rescisão por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes contratantes declaram-se, ainda, cientes e conformes com todas as disposições e regras atinentes a contratos contidas no edital de dispensa e na Lei Federal nº 8.666/93, bem como com todas as especificações previstas nos projetos técnicos, no orçamento, no memorial descritivo e no cronograma físico-financeiro, ainda que não estejam expressamente transcritos neste instrumento.

15.2. Os casos omissos serão analisados e solucionados à luz da Lei Federal nº 8.666/93 e da legislação pertinente.

15.3. A CONTRATADA reconhece as prerrogativas asseguradas ao CONTRATANTE pelo artigo 58 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como os direitos do mesmo no caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77 e seguintes do referido diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Para dirimir as questões oriundas do presente CONTRATO ou de sua execução, as partes elegem, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Comarca de Santa Rosa, RS.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SANTA ROSA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
Seção de Compras

E, por estarem justas e acertadas, assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Santa Rosa, ... de de 2021.

ANDERSON MANTEI,
Prefeito.

XXXXXXXXXX,
Contratada.

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: